



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>350291</u>
Classificação <u>05/05/02/ / /</u>
Data <u>10/03/22</u>

REQUERIMENTO Número _____ / XI (___ª)

PERGUNTA Número 1921 / XI (1ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>02 / 3</u> / 20 <u>10</u>
Q Secretário, da Mesa <i>Para determinação do PCP: A.R. a</i> <i>em Secretário da Mesa</i>

Assunto: **Ilegalidades e ataques aos direitos dos trabalhadores em empresas do sector da cerâmica do Distrito de Leiria**

Destinatário: **Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

10.03.22
[Signature]

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento das graves situações verificadas em diversas empresas do sector da cerâmica no Distrito de Leiria. Foram-nos transmitidos os relatos dos trabalhadores dando conta do seguinte quadro:

Na Nocal, no Concelho de Alcobaça, cerca de trinta trabalhadores na sua maioria mulheres, são coagidos e pressionados a trabalhar horas extras sem receber a devida remuneração. Segundo o testemunho que nos foi transmitido, quando os trabalhadores precisam de ir ao médico, tais dias contam como faltas não justificadas.

Na Bonvida, no Concelho da Batalha, com 200 trabalhadores, os trabalhadores recebem ultimamente os salários com atraso e desde 2007 que não recebem o subsídio de natal. Ao que sabemos, os patrões da empresa são donos de várias lojas no concelho da Batalha.

Na Molde, no Concelho das Caldas da Rainha, cerca de 60 trabalhadores estão com salários e subsídios em atraso.

Na MAT-Cerâmica, empresa do sector da cerâmica utilitária no Concelho da Batalha, a empresa tem (seguramente) mais de 300 trabalhadores, mais de metade dos quais se debatem com vínculos de trabalho precários.

Na Frazarte, no Concelho da Batalha, os trabalhadores enfrentam uma situação de lay-off (de dois dias por semana) em condições que importa apurar, surgindo fortes preocupações sobre as perspectivas de suspensão de contratos de trabalho. Por outro lado, os trabalhadores, que recebem menos que o salário mínimo, não tiveram os seus subsídios de natal pagos devidamente.

.../...



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Na Roca, no Concelho de Leiria, empresa com cerca de 700 trabalhadores e também com grande recurso aos contratos precários de trabalho, sente-se uma situação de enorme incerteza quanto ao futuro e pressão psicológica sobre os trabalhadores. No último ano, dois operários puseram fim às suas vidas, dentro da empresa.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, o seguinte:

1. Que conhecimento tem o Governo sobre a situação das empresas acima referidas?
2. Que apoios do Estado, a que título e em que montantes, foram atribuídos no passado a estas empresas?

Assembleia da República, 22 de Março de 2010.

O Deputado,

Bruno Dias